



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

## **1. ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

### **I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

### **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Intervenções dos Membros do Executivo

### **III - ORDEM DO DIA**

#### **A. Gabinete da Presidente**

1. SIADAP 1 - Avaliação da Unidade Orgânica (Divisão de Administração Autárquica) – Ratificação de despacho
2. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano 2019 (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019)
3. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano 2020 (Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019 e Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019)

#### **B. Divisão de Administração Autárquica**

##### **1. Secção Administrativa**

- 1.1. Comissão de Finalistas da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos 2018/2019 – Pedido de espaço para realização de baile de finalistas / Pedido de licença especial de ruído e de isenção do pagamento de taxas – Ratificação de despacho
- 1.2. Direção Regional de Cultura do Centro – Candidatura ao Programa Conciliação e Igualdade de Género (Open Call#5) - Acordo de Parceria – Ratificação
- 1.3. Sociedade Recreativa União Sarzedense – Pedido de licença especial ruído e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

- 1.4. Clínicas “O Meu Doutor” - Campanha de Reabilitação Auditiva – Pedido de cedência de espaço para unidade móvel
- 1.5. CERCICAPER – Pedido de autorização para ocupação de banca no mercado semanal para venda de Ervas da Vila (ervas aromáticas e infusões) e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.6. União Recreativa Sapateirense – Pedido de atribuição de subsídio
- 1.7. Centro Recreativo Convívio do Camelo – Passeio de motorizadas – Pedido de autorização e de apoio
- 1.8. Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Pedido de autorização e de colaboração para realização da ação “Verão com Prevenção”, bem como de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.9. Marina Aguiar de Campos Pereira – Pedido de licença especial de ruído
- 1.10. Comissão de Festas em Honra da Santa Luzia – Pedido de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.11. Centro Recreativo Convívio da Gestosa Cimeira – Pedido de apoio financeiro – Proposta de Protocolo
- 1.12. Comissão de Festas em Honra de S. Domingos – Pedidos diversos
- 1.13. Federação Portuguesa de Damas / Sport Castanheira de Pera e Benfica - 39.º Campeonato Nacional Individual de Damas Clássicas – Partidas Lentas – Pedido de apoio
2. Secção de Recursos Humanos
  - 2.1. Processo Disciplinar Ref.ª n.º MCP\_PD\_01/2019
3. Secção Financeira
  - 3.1. Balancete
  - 3.2. Pagamentos
  - 3.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
  - 3.4. Alteração ao Orçamento de 2019
4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
  - 4.1. Pedido de confirmação do estado de conservação de imóvel
  - 4.2. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. - Plataforma suspensa na Praia das Rocas
5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
  - 5.1. Condicionamento de vias ao trânsito – Ratificação de despachos

**LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

Considerando que a ata n.º 7/2017, de 15 de abril, que seria objeto de votação na presente reunião, não foi enviada com a antecedência mínima, não tendo os Senhores Vereadores do PS tido possibilidade de a ler convenientemente, foi acordado que a sua votação ficaria adiada para próxima reunião de Câmara.

Relativamente às restantes atas em atraso, a Sra. Presidente informou que não houve disponibilidade dos serviços para as concluir pelo que também a sua votação ficará adiada para próxima reunião de Câmara.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou a palavra para tecer algumas considerações, aproveitando para informar os presentes que tem, em conjunto com o Sr. Vereador António Antunes, realizado trabalhos de consulta de atas, no sentido de redigirem documentos de trabalho.

Ao longo desta consulta, constatarem que na ata da reunião ordinária de 11 de janeiro de 2019, designadamente na discussão relativa à manifestação de interesse no Pavilhão da Retorta, existem algumas incorreções, lembrando que naquela reunião de Câmara questionou a Sra. Presidente se tinha conhecimento do interesse naquele espaço por parte de um investidor e o que efetivamente tinha sido feito sobre o assunto, tendo a Sra. Presidente respondido “*não fiz nada*”.

Prosseguindo, lembrou também que, na reunião realizada no dia 21 de fevereiro, os Srs. Vereadores do PS aprovaram a referida ata, acreditando que na mesma tinha sido incluída aquela expressão proferida pela Sra. Presidente, o que verificam agora não ter ocorrido

Deste modo, os Srs. Vereadores Gonçalo Lopes e António Antunes pretendem, nesta reunião, expressar o seu desagrado perante a omissão naquela ata da referida expressão, esclarecendo que os mesmos a aprovaram naquele pressuposto, tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que todas as correções que são acordadas são para efetuar.

Contrapondo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, “*no caso concreto não foi feito*”, e que a questão da correção da ata em causa já nem se levanta, uma vez que a mesma já se encontra aprovada e publicada.

Prosseguindo, referiu que, apesar disso, se ainda existir a gravação da reunião em causa gostaria de a ouvir uma vez que tem a certeza que na altura pediu para incluir a expressão, esclarecendo que trouxe o caso à presente reunião porque, no seu entendimento, esta é, e continua a ser, uma questão de enorme relevância parecendo-lhe que a situação configura “*má-fé*” porque os Vereadores do PS aprovam as atas com o pressuposto de que as alterações acordadas são feitas e se tal não acontece “*é mau*”.

Nessa sequência, a Sra. Presidente respondeu que a partir daquele momento não será mais nenhuma ata aprovada nos moldes que têm sido até agora porque não se sujeita a ouvir estas insinuações, de que houve má-fé.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não sabe o que há-de chamar àquela atitude uma vez que os Vereadores do PS pediram para se feita aquela inclusão na ata e tal não ocorreu.

Volvendo, a Sra. Presidente disse que “*errar é próprio de quem faz alguma coisa*” determinando que, no futuro, não se fariam correções *à posteriori* das atas, ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu que estava “*plenamente de acordo*” e que lamentava esta situação.

Em resposta, a Sra. Presidente disse: “*Eu também lamento a objeção que estão a fazer, uma coisa é errar o que é próprio de quem faz alguma coisa, agora,*



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

*estarem a levantar que houve má-fé não. Não houve má-fé, até hoje, aquilo que eu assumo, assumo. E não há aqui má-fé de parte nenhuma”.*

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que “*o que se passou foi que nós aprovámos a ata no pressuposto de incluir aquelas alterações e elas não foram incluídas. Nós também não estamos disponíveis para voltar a aprovar a ata, sem de facto, ver as alterações*”.

Dirigindo-se às técnicas do Município presentes na reunião, a Sra. Presidente questionou, conforme pretensão formulada pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes, se a gravação da reunião em causa ainda se encontrava disponível, ao que lhe foi informado que, o mais provável, é que já tenha sido destruída conforme consta do Regimento da Câmara Municipal, mas que iria ser confirmado.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- O Bloco de Esquerda veio solicitar a realização de uma reunião, com o objetivo de conhecer melhor a situação atual do concelho e da região, no que diz respeito à recuperação pós-fogo, do ponto de vista florestal mas também social e económico. O pedido foi deferido, tendo a reunião sido realizada pelo Sr. Vice-Presidente no dia 20 de maio corrente.
- Através de e-mail de 20/05/2019, veio o ACES Pinhal Interior Norte remeter ofício da Liga dos Amigos dos Hospitais da Universidade de Coimbra informando sobre a iniciativa designada como “Oliveira SNS” e propondo a adesão do Município à mesma.
- No âmbito do projeto “Empreendedorismo nas Escolas”, teve lugar no passado dia 17 do corrente mês, como já referido anteriormente, o concurso de ideias municipal, que contou com a apresentação de 3 projetos por parte de alguns alunos do 3.º ciclo do ensino básico. O grupo vencedor, com o projeto “Mel3”, irá representar o Município na final intermunicipal do Concurso de Ideias de Empreendedorismo, que se encontra agendada para amanhã, dia 31 de maio, e terá lugar na Casa da Cultura de Figueiró dos Vinhos, pelas 20h.30.
- Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 4634/2019 do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que determina a transferência da gestão da zona de caça nacional da serra da Lousã para a Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, pelo período de 6 anos.
- No âmbito do programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, que tem como objetivo a implementação de medidas no que respeita à defesa e proteção dos aglomerados populacionais face a incêndios rurais e sensibilizar as populações para a adoção de práticas que minimizem o risco de incêndio, a Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, em conjunto com o Conselho Diretivo dos Baldios do Coentral tem vindo a realizar vários



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

exercícios, a fim de testar os mecanismos de aviso e os planos de evacuação em caso de incêndio rural. Até ao momento, foram realizados 3 simulacros, que abarcaram as localidades dos Coentrais e o Camelo.

- A Rede de Bibliotecas Terras de Monsalude, no âmbito de projeto cofinanciado Pela Fundação Calouste Gulbenkian, está a desenvolver um trabalho de recolha de histórias da tradição oral, fotografias e outros documentos. A Biblioteca Municipal de Castanheira de Pera pede a colaboração de todos através do empréstimo de fotografias, cartazes e outros documentos para digitalização, assim como a participação ativa em entrevistas e conversas que pretende promover em todas as aldeias do Concelho.
- Tal como oportunamente informado, o Município fez-se representar no Salão do Imobiliário e do Turismo Português, no âmbito da participação que a CIMRL teve no evento, que decorreu entre os dias 17 e 19 de maio, em Paris.
- O Município fez-se também representar na sexta edição do Fórum de Turismo Interno “Vê Portugal”, que decorreu nos dias 21 e 22 de maio, em Castelo Branco.
- Na sequência do requerimento apresentado com vista à apresentação de uma candidatura ao PDR 2020 – Melhoria da eficiência dos regadios existentes – Operações de reabilitação e modernização, veio a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro remeter ao Município as Declarações sobre as Soluções Técnicas concernentes, respetivamente, aos regadios de Palheira e Corga e Vilar. Ambas as declarações atestam que as soluções técnicas propostas contêm os elementos suficientes e satisfazem os objetivos visados pelas intervenções.

Na sequência das informações prestadas, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou que fosse esclarecido o ponto de situação da intervenção nos regadios.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás elucidou que já foram apresentadas as candidaturas pelas respetivas Comissões e que já foram emitidos pela DRAPC dois pareceres favoráveis, encontrando-se outras duas candidaturas ainda em fase de análise.

Relativamente às candidaturas que estão em análise houve, relativamente a uma, lugar a um pedido de esclarecimento, o qual já foi respondido.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes, alertando para a diminuta adesão da população ao Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, inquirindo acerca das medidas adotadas pela Câmara Municipal no sentido de divulgar e atrair as populações-alvo para os designados exercícios.

Em resposta, a Sra. Presidente lembrou os presentes de que o Município se confronta, tal como outros municípios localizados no interior, com a problemática da baixa densidade populacional, dando conta que a ação desenvolvida no Coentral teve uma adesão total dos residentes da aldeia e que o mesmo sucedeu no Camelo. Todavia, considera que tanto a adesão como a concretização daquela iniciativa deve ser aferida atendendo ao número de residentes habituais naquelas regiões. Seguidamente relatou algumas mais-valias obtidas naqueles exercícios, desde logo a sinalização e recolha de informações de





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

outros proprietários de imóveis, nomeadamente pelos habitantes dos locais, em cooperação com os Órgãos de Polícia, ou seja, houve cabimento naquele programa, de uma iniciativa de aferição de informações imprescindíveis a outro tipo de ações a serem desenvolvidas em alturas em que haverá maior densidade populacional, designadamente nos meses de Verão.

Para além disso a Sra. Presidente considera muito importante e de valorizar o modo concertado de atuação que houve na referida ação, designadamente entre as seguintes entidades – CODIS, Segurança Social, GIPS, GNR, Proteção Civil e Sapadores, esclarecendo que no final de todos os exercícios, procedeu-se à avaliação do *modus operandi* utilizado, no sentido de se aferir, em conjunto com as várias entidades, que pontos e abordagens deveriam ser melhorados.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes questionou o Executivo acerca das intervenções nas redes viárias florestais, concretamente a norte do concelho, tendo sido esclarecido pela Sra. Presidente de que já teriam realizado algumas intervenções. Informa, ainda que também os Baldios estão a proceder a melhoramentos de limpeza naquelas vias.

Ainda nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou como estava a funcionar o GTF e qual o ponto de situação do concurso de contratação de um Engenheiro Florestal, evidenciando a sua preocupação quanto à referida matéria, desde logo porque se avizinha o período crítico. Aditando que, no seu entender, aquelas ações desenvolvidas no âmbito das “Aldeias Seguras”, revelariam uma outra dinâmica se nelas tivesse participado um Engenheiro.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o funcionamento do GTF tem sido garantido mediante o auxílio de recursos técnicos/humanos próprios do município. Relativamente ao procedimento de contratação, este se encontra numa fase final, tendo já sido prestada a comunicação da classificação junto dos concorrentes, pelo que a situação será em breve solucionada.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que, relativamente à realização semanal do mercado municipal, tem sido confrontado com o desagrado de algumas pessoas devido ao excesso de zelo da GNR quanto ao mau estacionamento, o que se poderá revelar negativo para o próprio comércio local. Ressalva que não é sua intenção eximir-se das suas responsabilidades, porque, também ele votou na alteração da localização dos feirantes, por forma a libertar os paços do município. Todavia, perante as contestações que lhe fizeram chegar, entende que deve ser refletida e discutida uma nova solução, designadamente na área da Praça da Sardinha, local que tem gerado certos constrangimentos. Sugeriu, assim, que se tentasse encontrar uma nova solução, equacionando-se, nomeadamente, a eventual deslocalização do mesmo.

Intervindo, a Sra. Presidente, referiu que é uma preocupação do atual executivo a resolução das questões com o mercado municipal, desde logo porque aquele não reúne as condições mínimas de acessibilidade, considerando a faixa etária maioritária neste território.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Prosseguindo, considerou que, na sua opinião, a solução ideal passaria por uma possível deslocalização do mesmo, encontrando-se o município a proceder a um estudo da viabilidade das soluções, pelo que, assim que tenha um projeto dará a informação em sede de reunião de Câmara.

Em concordância, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou a opinião de que aquele espaço e infraestruturas carecem de medidas de requalificação e de segurança, acrescentando que, a realizar-se a eventual deslocalização, esta teria de ser devidamente planeada, quer nos termos como será realizada, quer na escolha da futura localização do mercado, aproveitando para informar que os Vereadores do PS estão a refletir no sentido de resolver este problema, pelo que, a seu tempo, trarão à reunião de câmara aquela que será a sua posição sobre essa matéria.

Ainda sobre o mesmo assunto, questionou se entretanto, a curto prazo, não se poderia encontrar outra localização para o feirante que costuma estar na Praça da Sardinha, apontando como alternativas a Rua dos Correios ou mesmo a Rua da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Vereador Nuno Tomás tomou a palavra para informar que não se trata somente de um feirante naquele espaço, mas de pelo menos mais três, apesar destes não terem comparecido no passado sábado, pelo que se revela um risco estar a efetuar a deslocalização sem ter forma de garantir que haja lugar para todos.

Quanto à possibilidade de os deslocar para a Rua dos Correios, a Sra. Presidente manifestou as suas dúvidas sobre a viabilidade de tal solução, uma vez que essa mesma rua já se encontra ocupada por feirantes e, também pelos condicionalismos impostos pelo cumprimento dos limites de 5 metros legalmente exigidos sublinhando que terá de ser encontrada uma solução para o mercado municipal.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que constatou que todas as estradas nas Sarzedas já estão reabilitadas, inclusive nas Sarzedas de Vasco, acrescentando que, no seu entender, proceder ao arranjo do acesso à casa da D. Dolores na Valinha Fontinha, com cerca 60 ou 70 metros, ficaria bem naquela empreitada, não só por razões de economia de tempo, mas também por um critério de equidade.

Em resposta, a Sra. Presidente enunciou que existem várias situações que não estavam contempladas na candidatura pelo que houve necessidade de realizar um levantamento dessas estradas para que a Câmara possa intervir assim que seja possível, esclarecendo que o referido estudo/levantamento prevê não só o arranjo e pintura das vias, mas também o arranjo de muros, calçadas, a título de exemplo, nas localidades de Sarzedas, Gestosa, Moita, entre outras a serem elencadas naquele estudo prévio. Assim sendo, tanto a situação exposta pelo Sr. Vereador, como outras serão sinalizadas e intervencionadas muito em breve.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que *“às vezes também era só por uma questão de pragmatismo e economia de tempo porque as máquinas estavam ali perto”*, ao que a Sra. Presidente respondeu que tal não podia ser dessa forma, tendo aquele Vereador anuído e aproveitado para questionar se tais intervenções seriam objeto de alguma candidatura. A Sra. Presidente esclareceu que, em princípio, iriam ser executadas pelo Município.

Em complemento, o Sr. Vereador António Antunes referiu que há troços que não estavam contemplados no plano inicial e que foram arranjados, tendo a Sra. Presidente questionado a que troços é que o Sr. Vereador se estava a referir, ao que o mesmo respondeu ter verificado uma situação dessas no Torgal.

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás esclareceu que foram efetuados *“pequenos ajustes”*.

Contrapondo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que *“não foram pequenos ajustes, foi um troço completo”*, reforçando o que o Vereador Gonçalo já havia dito, que concordam por inteiro com esses trabalhos, sublinhando, no entanto, que deveria ser aplicada a mesma solução a todas as situações, por uma questão de equidade.

Ainda a este propósito, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que deveria ser uma questão de critério.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente acrescentou que essa é uma preocupação do Executivo e é também uma das razões de ter sido efetuado o levantamento dos troços a intervencionar.

Seguidamente, tomou a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para questionar a Sra. Presidente sobre a situação da “Fábrica Barros III”, tendo a Sra. Presidente respondido que, para já, não há nada a acrescentar ao que foi discutido em reuniões anteriores.

Face a esta resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou o facto de a mesma já lhe ter sido dada há cerca de um mês atrás, tendo a Sra. Presidente argumentado que a já conhecida escassez de recursos humanos e o volume de trabalho, nomeadamente com prazos de resposta, tem condicionado o regular funcionamento dos serviços.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que está a fazer um ano que os Vereadores do PS trouxeram à Câmara a questão do Orçamento Participativo que, na sua opinião, do ponto de vista da democracia é muito importante e constitui um relevante mecanismo e reúne hoje condições de aplicabilidade, indicando uma solução faseada, isto é, aquela medida poder ser em primeira mão direcionada para a participação de Associações Locais.

Continuando, referiu que se constata que o afastamento da população à vida política constitui uma problemática global e encontra razão, muitas vezes, na falta





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

de abertura de quem governa para promover o envolvimento da população nestas matérias, pelo que considera ser preponderante e de máxima relevância a tarefa de aprofundamento da relação entre eleitores e eleitos. Deste modo, em sua opinião, deve o município *“abrir as portas”* à intervenção dos munícipes e, eventualmente, assume-se como boa opção iniciar este processo por meio das referidas Associações, não dependendo da dotação existente.

Por último, questionou o ponto de situação do Pavilhão da Retorta, ao que a Sra. Presidente respondeu que houve lugar à retificação do projeto e que em breve será lançado o referido procedimento.

Nessa sequência o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que esta situação também já se arrasta há algum tempo, acrescentando que percebe e louva quem todos os dias *“dá o litro e faz das tripas coração para que as coisas andem”*, no entanto, considera que o Município não se compadece com a dilação do tempo e que, se não tem meios para atuar em todas as questões, deve proceder por forma a encontrar soluções, designadamente através da contratação, como sucedeu no caso da apresentação das candidaturas.

Em resposta, a Sra. Presidente disse que já verificou que o Município quando tem recorrido a serviços externos, dando como exemplo o Plano Municipal da Defesa Contra Incêndios que, uma vez que não havia forma de concluir, foi entregue a uma empresa externa, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referido que é nomeadamente a esse tipo de solução que se estava a referir.

Volvendo, a Sra. Presidente salientou que independentemente de tudo é notório o trabalho que o Município tem desenvolvido e que os procedimentos das candidaturas estão praticamente todos elaborados à exceção do procedimento do Pavilhão da Retorta e da Escola do Troviscal.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pediu que fosse fornecido aos Srs. Vereadores do PS uma listagem com as candidaturas elaboradas.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se a Sra. Presidente tinha a noção da urgência e da necessidade em intervir naquele espaço (Pavilhão da Retorta, entenda-se).

Em resposta a Sra. Presidente disse que queria já ter intervindo no ano passado naquele espaço e noutros, porque se já tivessem regularizado todas as situações no ano anterior teria sido possível apresentar um orçamento que nestes moldes não foi possível.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que *“o tempo é um bem precioso”* e que se o Município não tem *“condições de per si para responder a todas as solicitações”* deverá, à semelhança do que fez com a questão do plano municipal, contratar uma empresa externa para ajudar na elaboração das candidaturas fazendo notar que o *“concelho não se compadece com esta dilação de tempo”* e apesar de compreender os constrangimentos do Município, entende que o Executivo tem de procurar soluções para assuntos que considera



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

estruturantes para o concelho porque, em termos práticos, os resultados são poucos.

A Sra. Presidente contestou aquele comentário questionando se os Senhores Vereadores tinham noção do que estava em causa tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondido que sabe que *“o procedimento já veio, já foi, depois tinha incorreções e agora está na mesma, assim como a Barros”* salientando que no seu entender são assuntos estruturantes para o concelho.

Retomando, a Sra. Presidente explicou que não diz que não sejam estruturantes porém existem situações que têm sido colocadas e que não se compadecem com delongas, tendo o Sr. Vereador Gonçalo referido que a sua função é elencar as suas preocupações, repetindo que considera que *“se está a perder tempo demasiadamente precioso e é muito mau”*.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

**4. SIADAP 1 – AVALIAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA (DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA) – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 24 de maio de 2019 contendo a avaliação atribuída à Divisão de Administração Autárquica - ano de 2018 – no âmbito do SIADAP 1.

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 14 de setembro, delibere ratificar a avaliação atribuída à aludida Divisão, tudo nos termos e com os fundamentos do Despacho acima indicado, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

**5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO 2019 (DECRETO-LEI Nº 58/2019, DE 30/04/2019)**

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- Que, no dia 30 de abril de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 58/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

para os órgãos das comunidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, bem como a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores;

- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais tem carácter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;
- Que os municípios que não pretendam exercer a respetiva competência, no ano de 2019 e, caso mantenham o mesmo entendimento, no ano de 2020, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos;
- Que no que respeita ao Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e no que ao ano de 2019 concerne, a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à DGAL no prazo de 60 dias corridos após a entrada em vigor deste diploma setorial, ou seja, até ao dia 30/06/2019 (segundo informação daquela entidade);
- Que as competências objeto de transferência no diploma em causa quanto aos órgãos municipais não têm aplicação neste Município;
- Que, sem prejuízo do exposto no considerando anterior, ainda que tal não se verificasse teria sempre aqui aplicabilidade o disposto nas deliberações tomadas em reuniões ordinárias deste órgão realizadas a 24/01/2019 e 21/02/2019, relativas à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que se encontravam plasmadas nos diplomas setoriais então apreciados;
- Que o diploma setorial ora em apreço também transfere competências para as entidades intermunicipais estipulando que o exercício das mesmas por estas entidades depende de prévio acordo dos municípios que as integram;
- Que, deste modo, urge comunicar à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) a deliberação da Assembleia Municipal de Castanheira de Pera respeitante à transferência de competências para aquela entidade no âmbito do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 - Considerar que as competências objeto da transferência para os órgãos municipais concretizada através do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, não é aplicável a este Município.
- 2 - Sem prejuízo do exposto no ponto anterior, não aceitar a transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes do referido diploma legal, por considerar que, ainda que assim não fosse e à semelhança do já invocado nas deliberações camarárias de 24/01/2019 e 21/02/2019 e da Assembleia Municipal de 30/01/2019 e 28/02/2019, o Município não se encontra convenientemente preparado para o efeito devido, nomeadamente,



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente.

- 3 - Não se opor à transferência das competências tocantes à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, caso seja essa a vontade daquela entidade.

**DISCUSSÃO:**

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou que fosse feito um breve enquadramento da situação acima enunciada, questionando se a presente deliberação acarreta alguma penalização para o Município, e se altera de algum modo a posição que estava estabelecida.

Em resposta, a Sra. Presidente informou a inexistência de penalizações ou de mudança da posição adotada anteriormente e explicou que a CIMRL ainda irá levar esta matéria à reunião de conselho geral e nesse sentido temos de nos pronunciar agora e levar à Assembleia Municipal para firmar o posicionamento que temos mantido de forma a não inviabilizar junto da CIM “a tomada de decisão da maioria que queira”, pois apesar de, no nosso território, não se verificar nenhuma situação que mereça atenção nesta matéria, verdade é que há outros municípios deste distrito que as têm.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO 2020 (DECRETO-LEI Nº 97/2018, DE 27/11/2018, DECRETO-LEI Nº 98/2018, DE 27/11/2018, DECRETO-LEI Nº 100/2018, DE 28/11/2018, DECRETO-LEI Nº 101/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 103/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 104/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 105/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 106/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 107/2018, DE 29/11/2018, DECRETO-LEI Nº 20/2019, DE 30/01/2019, DECRETO-LEI Nº 22/2019, DE 30/01/2019 E DECRETO-LEI Nº 58/2019, DE 30/04/2019)**

Considerando as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em 24/01/2019 e 21/02/2019 e pela Assembleia Municipal em 30/01/2019 e 28/02/2019, todas concernentes à não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01 e Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Considerando a deliberação tomada na presente reunião relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril;

Considerando que se mantêm todos os fundamentos ínsitos nas supra mencionadas deliberações, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

- Manter, para o ano de 2020, nos termos e com os fundamentos das deliberações atrás referidas, a não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos diplomas legais a seguir indicados: Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019 e Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**7. COMISSÃO DE FINALISTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2018/2019 – PEDIDO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE BAILE DE FINALISTAS/ PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

Presentes requerimentos apresentados pela Comissão de Finalistas da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos, representada por Vasco Gama, datados de 16/05/2019, solicitando, respetivamente:

- A cedência da cantina localizada no recinto da antiga escola primária da Vila, bem como das casas de banho, para efeitos de realização de um baile de finalistas nos dias 18 e 19 de maio de 2019;

- A concessão de licença especial de ruído, entre as 22h.00 do dia 18 e as 04h.00 do dia 19 de maio, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que o evento estava programado para ocorrer em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi autorizada a utilização dos espaços requeridos e emitida a licença especial de ruído nos termos solicitados, isentando a requerente do pagamento da taxa devida, propondo-se pela presente que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os respetivos despachos de deferimento dos pedidos.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

**8. DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO – CANDIDATURA AO PROGRAMA CONCILIAÇÃO E IGUALDADE DE GÉNERO (OPEN CALL#5) – ACORDO DE PARCERIA – RATIFICAÇÃO**

A Direção Regional de Cultura do Centro veio convidar o Município a participar, na qualidade de parceiro, em candidatura a submeter ao Programa Conciliação e Igualdade de Género (Open Call#5), tendo como objeto, designadamente, a implementação de um programa de ação para promover a participação política e cívica de mulheres e raparigas ao nível local, através de atividades conjuntas, que garantam a adaptação de práticas e processos de trabalho para atender às necessidades e especificidades de cada um dos territórios envolvidos.

Para efeitos de formalização dessa participação, veio também propor a celebração de um Acordo de Parceria com todos os Municípios convidados a integrar a referida candidatura (Alvaiázere, Anadia, Cantanhede, Castanheira de Pera, Góis e Marinha Grande) e o parceiro internacional, igualmente, convidado para o efeito (KUN – Centre for Equality and Diversity).

Reconhecendo a pertinência e atualidade dos objetivos subjacentes à referida candidatura, a que acresce o facto de esta, a ser aprovada, contemplar uma comparticipação de 100% dos custos elegíveis, não onerando, assim, financeiramente o Município, foi aceite o convite formulado pela Direção Regional de Cultura do Centro.

Atendendo a que a cerimónia de assinatura do Acordo de Parceria ocorreu no dia 28 de maio de 2019, data que não se coadunava com a da presente reunião, procedeu-se também à outorga do mesmo, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

Propõe-se agora que, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão de integração do Município na candidatura em apreço, bem como a outorga do respetivo Acordo de Parceria, nos seus precisos termos.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**9. SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO SARZEDENSE – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

Presente requerimento da Sociedade Recreativa União Sarzedense, representada por Tiago Mendes, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de um baile na sede da Associação, em Sarzedas de S. Pedro, no passado dia 18 de maio, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 04h.00.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**10. CLÍNICAS “O MEU DOUTOR” – CAMPANHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA UNIDADE MÓVEL**

Presente e-mail remetido pelas Clínicas “O Meu Doutor” – Reabilitação Auditiva Portugal, a solicitar autorização para ocupação de espaço na via pública, perto de um ponto de luz, se possível junto à sede do Município, no próximo dia 04 de junho, das 10h.30 às 17h.00, com vista à colocação de uma unidade móvel de rastreio auditivo.

Presente também informação do Fiscal Municipal, datada de 24 de maio corrente, pronunciando-se no sentido do deferimento do pedido, sem prejuízo do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a população concelhia, nomeadamente no que respeita à saúde auditiva, a que acresce o facto de ser gratuita, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o pedido de ocupação da via pública em apreço, nos termos do disposto no artigo 21.º do Anexo I do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**11. CERCICAPER – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE BANCA NO MERCADO SEMANAL PARA VENDA DE ERVAS DA VILA (ERVAS AROMÁTICAS E INFUSÕES) E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**

Presente requerimento apresentado pela CERCICAPER, solicitando a concessão de uma banca no mercado municipal para venda de ervas aromáticas e infusões, no âmbito do projeto “Ervas da Vila”, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Presente também informação/análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal em 28 de maio de 2019, apreciando o pedido e manifestando-se em sentido favorável à pretensão da requerente no que respeita à concessão de banca no mercado, uma vez que existem lugares disponíveis para o efeito.

Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento do Mercado Municipal e com os fundamentos constantes da informação técnica supra referida, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão da banca solicitada.

Quanto ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas, considerando o relevante papel desempenhado pela Cercicaper na comunidade, nomeadamente, ao nível do apoio e acompanhamento de pessoas portadoras de deficiência e em situação socioeconómica mais desfavorecida, a que acresce a natureza e cariz marcadamente inclusivo do projeto “Ervas da Vila”, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, igualmente, dar deferimento ao mesmo.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**12. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

Considerando o pedido de atribuição de um subsídio formulado pela União Recreativa Sapateirense;

Considerando a informação prestada por aquela coletividade relativamente ao pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (ano 2018) respeitante ao edifício do Museu do Lagar, localizado junto à Praia Fluvial do Poço Corga;

Considerando que o aludido edifício foi cedido, temporariamente, ao Município, por protocolo outorgado com a requerente em 6 de janeiro de 2000, não se encontrando, assim, na posse daquela coletividade;

Considerando que o imóvel em questão está afeto a fins de natureza pública;

Considerando o relevante papel desempenhado pela União Recreativa Sapateirense no Concelho, nomeadamente, no âmbito etnográfico e cultural;

Considerando que existe cabimentação para a despesa em apreço, conforme informação da Secção Financeira, que se anexa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere atribuir àquela entidade um subsídio no montante de 114,56 € (cento e catorze euros e cinquenta e seis cêntimos).

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**13. CENTRO RECREATIVO CONVÍVIO DO CAMELO – PASSEIO DE MOTORIZADAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E APOIO**

Presentes cartas do Centro Recreativo do Camelo, datadas de 10/05/2019, a solicitar, respetivamente, autorização para a realização de um passeio de motorizadas pelas aldeias do Concelho, no próximo dia 02 de junho, a cedência de dois veículos para apoio ao evento e a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o facto de a iniciativa ser de relevante interesse social, enriquecedora da oferta recreativa local e fomentadora da divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º e nos termos do estipulado no artigo 6.º, ambos do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere autorizar a realização do referido passeio, conforme itinerário anexo ao pedido e mediante o cumprimento das condicionantes previstas no art.º 10.º do citado diploma legal e no parecer emitido pela GNR.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere conceder o apoio logístico solicitado, no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

**14. NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO “VERÃO COM PREVENÇÃO”, BEM COMO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS**

Presente e-mail da Liga Portuguesa Contra o Cancro a informar que pretende realizar uma ação de sensibilização para a prevenção do cancro da pele nos dias 27 e 29 de julho de 2019, na Praia Fluvial do Poço Corga.

Nessa sequência, solicita autorização para a realização da iniciativa, bem como a cedência, a título gratuito, de um stand onde se possa colocar o material informativo e os voluntários possam permanecer durante a dinamização da mesma, o qual requerem seja instalado nas imediações da referida praia fluvial.

Considerando o relevante interesse da iniciativa, nomeadamente no que respeita à sensibilização e informação da população relativamente à doença oncológica e, mais especificamente, ao cancro de pele, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da mesma, bem como a cedência do stand a título gratuito.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**15. MARINA AGUIAR DE CAMPOS PEREIRA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO**

Presente requerimento de Marina Aguiar de Campos Pereira, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de karaoke, no restaurante sito em Sarzedas de S. Pedro, no dia 22 de junho de 2019, no período compreendido entre as 22h.00 daquele dia e as 04h.00 do dia seguinte.

Considerando o caráter pontual do evento e o seu contributo para o aumento e diversificação da oferta lúdica disponível;

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído e não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a concessão da licença especial de ruído, nos termos requeridos.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**16. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DA SANTA LUZIA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS**

Presentes requerimentos da Comissão de Festas em Honra de Santa Luzia, representada por Domingos António Alves Dinis, a solicitar o seguinte:

- Concessão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Santa Padroeira – Santa Luzia - no recinto da Capela em Gestosa Cimeira, nos dias 13 e 14 julho de 2019;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

- Concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00;

- Isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supra mencionadas.

Considerando o caráter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**17. CENTRO RECREATIVO CONVÍVIO DA GESTOSA CIMEIRA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PROPOSTA DE PROTOCOLO**

Presente carta da Direção do Centro Recreativo Convívio da Gestosa Cimeira, solicitando o apoio financeiro do Município no sentido de fazer face às despesas inerentes à substituição da cobertura do edifício-sede daquela coletividade.

Considerando o indiscutível papel do associativismo na sociedade atual, nomeadamente no que respeita ao seu contributo para manter a identidade das populações, mas também para reforçar a capacidade de intervenção cívica dos cidadãos na comunidade onde se encontram inseridos;

Considerando de efetiva relevância os argumentos apresentados pela Direção da coletividade em apreço;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, atribuindo ao Centro Recreativo Convívio da Gestosa Cimeira um subsídio no montante de 3.000,00 € (três mil euros).

Atento ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, propõe-se, ainda, que a atribuição deste apoio seja formalizada mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

**DISCUSSÃO:**

Usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes, que começou por saudar os apoios dados para este tipo de iniciativas ressaltando que não existe, por parte dos Vereadores do PS, oposição à concessão daquela medida de apoio.

Todavia, solicitou alguns esclarecimentos, desde logo, a razão subjacente à concessão do apoio condicionada à outorga de um Protocolo e por outro lado qual a razão de ser do artigo 6.º daquele protocolo, questionando quais serão as formas de publicitação do referido apoio, uma vez que o mesmo se destina ao arranjo de uma cobertura.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Em resposta, a Sra. Presidente esclarece que a previsão daquele artigo consubstancia uma condição, isto é, na eventualidade de ser realizada, por parte da Comissão de Festas em Honra de Santa Luzia, algum tipo de evento publicitário da obra por eles realizada, que deverão mencionar o apoio concedido pela Câmara.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta Aprovada por unanimidade e em minuta

**18. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE S. DOMINGOS – PEDIDOS DIVERSOS**

Presente requerimento da Comissão de Festas em Honra de S. Domingos, representada por Palmira Maria da Silva Tomás, a solicitar autorização para proceder à ocupação do espaço público em frente ao edifício da Câmara Municipal para a realização dos festejos em honra de S. Domingos, nos dias 3 e 4 de agosto do corrente ano, a cedência de duas barraquinhas de apoio à festa, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Presente também informação do Fiscal Municipal, datada de 28/05/2019, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente, mediante a tomada das medidas necessárias para evitar constrangimentos na circulação de pessoas e viaturas.

Considerando o caráter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho, propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Autorizar a ocupação do espaço público nos termos e para os efeitos requeridos, mediante o cumprimento do estabelecido na informação do Fiscal Municipal supra mencionada, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da obtenção das demais licenças/autorizações legalmente aplicáveis à situação;

- Dar deferimento ao pedido efetuado pela requerente relativamente à instalação de duas barracas de apoio à festa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Isentar a requerente do pagamento das taxas inerentes aos pedidos formulados.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**19. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DAMAS/ SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – 39º CAMPEONATO NACIONAL INDIVIDUAL DE DAMAS CLÁSSICAS – PARTIDAS LENTAS – PEDIDO DE APOIO**

Presente e-mail remetido pela Federação Portuguesa de Damas em 01/03/2019, informando que, em colaboração com o Sport Castanheira de Pera e Benfica e entidades locais, pretende organizar o 39.º Campeonato Nacional Individual de Damas Clássicas – Partidas Lentas, um colóquio sobre ética



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

desportiva e um open nacional para jovens, de 7 a 10 de junho de 2019, e solicitando apoios para a realização do evento.

Presente também e-mail remetido pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica em 13/05/2019, fazendo alusão ao mesmo evento e solicitando a concessão de apoio financeiro, a cedência de transporte para visitar o Museu do Xadrez em Figueiró dos Vinhos, no dia 9 de junho, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Posteriormente, foi ainda solicitado ao Município a oferta de algumas lembranças para entrega aos representantes das entidades que irão participar no evento.

Considerando que este tipo de iniciativa visa promover a modalidade desportiva em causa, fomentando a prática de um dos mais populares jogos de tabuleiro, bem como a promoção do concelho e a confraternização de todos os participantes;

Considerando que o evento se reveste de inegável importância para a dinamização socioeconómica e desportiva do concelho;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- Dar deferimento ao pedido de apoio formulado pela Federação Portuguesa de Damas, através do pagamento direto de uma das refeições dos participantes no evento, até ao montante máximo de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), ficando, assim, prejudicado o pedido de apoio financeiro formulado pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica;

- Conceder a cedência do transporte e demais apoio logístico requerido, no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município;

- Isentar os requerentes do pagamento das taxas inerentes aos pedidos formulados.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**20. PROCESSO DISCIPLINAR REF.ª Nº MCP\_PD\_01/2019**

Presente Processo Disciplinar instaurado por despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 16 de janeiro de 2019 a José Gabriel Simões Rodrigues Martins, trabalhador deste Município, com a categoria profissional de Assistente Operacional, contendo, entre o mais, o Relatório Final, que se dá por integralmente reproduzido, do qual consta a proposta de decisão que a seguir se transcreve:

**“PROPOSTA**

*(...) Termos em que, em face de tudo quanto se encontra exposto e atendendo (i) à prova alcançada quanto à factualidade e circunstancialismos, ilicitude, culpa e prejuízos associados ao comportamento do trabalhador José Gabriel Simões Rodrigues Martins, constitutivos da infração disciplinar visada nas «CONCLUSÕES» supra, em concreto, nos pontos 31.1. a 31.1.8.5., (ii) às circunstâncias atenuante e agravante referidas nos pontos 31.2 a 31.2.3., das mesmas, (iii) à resposta / defesa apresentada pelo mesmo, bem assim, (iv) às «CONSIDERAÇÕES» acima inscritas, designadamente, as decorrentes do disposto nos Artigos 179.º, 189.º e 192.º, todos da LTFP, propõe-se:*





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

*(...) Seja aplicada ao trabalhador a sanção disciplinar de suspensão de 20 (vinte) dias, prevista na alínea c), do n.º 1, do Artigo 180.º, da LTFP, caracterizada nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 181.º, desta Lei, consistindo “(...) no afastamento completo do trabalhador (...) durante o período da sanção.”, e cujos efeitos estão previstos nos n.ºs 2 e 3, do Artigo 182.º, daquela mesma LTFP, implicando “(...) o não exercício de funções e a perda das remunerações correspondentes e da contagem do tempo de serviço para antiguidade.”, por tantos dias quantos os da sua duração, devendo atender-se, para efeitos de associada aplicação, também, ao estabelecido, nomeadamente, no n.º 4, do Artigo 176.º, da LTFP, que estabelece que “(...) A alteração da situação jurídico-funcional do trabalhador não impede a punição por infrações cometidas no exercício da função.”, e no Artigo 223.º, da mesma LTFP, que determina que “As sanções disciplinares produzem efeitos no dia seguinte ao da notificação do trabalhador ou, não podendo este ser notificado, 15 dias após a publicação de aviso na 2.ª série do Diário da República.”;*  
e

*(...) Em cumprimento do n.º 4, do Artigo 179.º, da LTFP, e nos termos defendidos no referido parecer jurídico acima citado, seja dada notícia, através da Assessoria Jurídica do Município, ao Ministério Público, competente para promover o procedimento criminal, ante a circunstância dos “(...) factos praticados pelo trabalhador (...)”, e visados no presente procedimento disciplinar, serem “(...) passíveis de ser considerados infração penal (...)”.*

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere concordar integralmente com o Relatório Final apresentado e com a aplicação e termos da proposta de decisão aí mencionada, conforme acima citada.

Por último, propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere proceder ao cumprimento das formalidades conforme proposto de (i) a (v), da parte final daquele Relatório.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

**21. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 28 de maio de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.236.538,90 € (dois milhões duzentos e trinta e seis mil quinhentos e trinta e oito euros e noventa centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.190.004,46 € (dois milhões cento e noventa mil quatro euros e quarenta e seis centimos) e as operações não orçamentais no valor de 46.534,44 € (quarenta e seis mil quinhentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro centimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.246.682,20 € (dois milhões duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e dois euros e vinte centimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**22. PAGAMENTOS**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 10/05/2019 e 28/05/2019, registados sob os números 590 e 605 a 707, no valor total de 388.734,59 € (trezentos e oitenta e oito mil setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e nove centimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**23. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal, delibere aprovar a 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 51.100,00€ (cinquenta e um mil e cem euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

**DISCUSSÃO:**

Intervindo, o Sr. Vereador do PS solicita uma explicação sobre a rubrica aquisição de viaturas, que na passada reunião foi reforçada e agora são-lhe retirados cerca de 34 mil euros para aquisição e grande reparação de equipamento básico. Por outro lado, constata que as outras duas alterações estão relacionadas com intervenções no âmbito da reabilitação de parques de merendas/ infantis questionando o porquê.

A Sra. Presidente esclareceu que a alteração dos 34.000 euros tem a ver com a aquisição do trator e do braço, que será efetuada em separado, ao contrário do que se havia estabelecido anteriormente. Relativamente à questão dos 17.100 euros, informou que o valor se destina à substituição da relva no Estádio, cujo custo é superior ao cabimentado, daí que seja necessário este reforço.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**24. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 9ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 51.100,00€ (cinquenta e um mil e cem euros), por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL**

Presente o requerimento nº 5123/2019, de 18 de dezembro de 2018, apresentado por Adelino José Pires, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com o artigo matricial nº 4279, sito no Vale do Mendo, Bolo, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, não possui condições de habitabilidade.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Presente o Auto de Vistoria nº 2/SPOPU/2019, datado de 17 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, pronunciando-se e, sentido favorável à pretensão do requerente.

Propõe-se, assim, que, com base nos fundamentos constantes do aludido auto de vistoria, a Câmara Municipal delibere confirmar que o prédio/edificação com o artigo matricial nº 4279 não reúne condições para ser utilizado como habitação, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**26. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – PLATAFORMA SUSPensa NA PRAIA DAS ROCAS**

Presente o Proc.º 2063/2019, apresentado pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., solicitando a aprovação do pedido de licenciamento, pelo período de 15 dias, da operação urbanística de construção de plataforma suspensa, na praia das rocas, vila de Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

A referida operação urbanística localiza-se numa área abrangida pela 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, nomeadamente em Equipamento de Utilidade Coletiva, verificando-se que a obra a licenciar não colide com as disposições constantes deste instrumento de planeamento.

De acordo com o parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, o projeto de especialidade apresentado encontra-se instruído com o respetivo termo de responsabilidade, cumprindo, assim, com o disposto n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o respetivo licenciamento das obras de construção, pelo prazo de 15 dias, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo em 29 de maio de 2019, cuja cópia se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Determina-se ainda o cumprimento do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, no que diz respeito à gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

**DISCUSSÃO:**

O Sr. Vereador António Antunes perguntou se já foram rececionados os pareceres que se aguardavam tendo-lhe sido comunicado que já tinha sido rececionado o parecer da APA, que era o único que se aguardava.

Depois de breves esclarecimentos sobre o assunto, e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**27. CONDICIONAMENTO DE VIAS DE TRÂNSITO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Presentes editais referentes ao condicionamento de trânsito nas seguintes vias:

- EM 1441- Entre a EN 347 e a EN 236-1 (Fontão /Troviscal);
- Rua 5 de Outubro, Rua do Centro Paroquial e Variante à EN 236/ Rua Bissaya Barreto;
- Rua do Fontão;
- CM 1154 (antiga N 236 no Carregal Cimeiro);
- CM 1157 (entre as Sarzedas do Vasco e Vila Facaia);
- CM 1157 (entre as Sarzedas do Vasco e as Sarzedas de S. Pedro).

Propõe-se que, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões no sentido do condicionamento ao trânsito nas referidas vias, nos termos dos editais supra indicados.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **28. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Presente o Sr. Gil Castro Martins, que, no uso da palavra informou que tem um assunto para apresentar que, sob o seu ponto de vista, já deveria ter sido resolvido, isto atendendo ao lapso temporal decorrido, cerca de 20 anos, desde a verificação do mesmo. Sobre o mesmo referiu que durante o mandato do Sr. Ex-presidente Pedro Barjona terá existido, entre esta câmara e os seus pais, uma negociação relativa a uma permuta de prédios destinados à implementação de um mural, aquando da construção das Avenidas Verdes, terrenos esses pertencentes aos seus pais, e que seriam trocados por um outro, propriedade do Município, localizado no Carvalhal junto ao restaurante.

Prosseguindo, informou que o Sr. Pedro Barjona terá manifestado disponibilidade para se deslocar a esta Câmara a fim de prestar os esclarecimentos que se achem necessários à resolução deste problema, questionando por que razão o Município ainda não diligenciou nesse sentido.

Em resposta, a Sra. Presidente disse desejar que o assunto fosse resolvido, porém parece-lhe que se fosse fácil não estaria 20 anos para ser solucionado e que desconhece essa alegada disponibilidade do Sr. Ex-presidente Pedro Barjona para vir à Câmara no sentido de esclarecer o assunto.

Solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina esclareceu que foi feito um ofício a pedir ao Sr. Ex-Presidente Dr. Pedro Barjona alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Prosseguindo, a Dra. Bernardina esclareceu ainda que o problema com que se debruçam é da falta de documentação comprovativa da referida permuta, ou de deliberação nesse sentido, tendo já realizado inúmeras diligências no sentido de encontrar qualquer documentação que a sustente, lamentavelmente sem sucesso. Garantiu que o caso não se encontra esquecido e que o Município continua a envidar todos esforços para o solucionar com a maior brevidade possível.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou a documentação necessária para que ele se possa inteirar acerca da situação exposta, da qual não tinha conhecimento.

De novo com a palavra, a Sra. Presidente reiterou o seu compromisso em encetar todas as diligências no sentido de resolver a questão do Dr. Castro Martins.

Usou novamente da palavra o Sr. Gil Martins para sugerir que as intervenções do público se comecem a realizar no início da reunião, e não no final, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informado que essa sugestão já consubstanciou uma proposta apresentada pelo PS em sede de reunião de Câmara.

De seguida, interveio o Sr. Paulo Neves expondo que já formalizou um pedido nesta Câmara para que lhe fosse permitida uma zona de cargas e descargas e que, até ao presente dia, ainda não obteve qualquer resposta.

Continuando, apresentou a sua queixa relativamente à contagem dos valores de água e do estado de conservação do seu contador, tendo a Sra. Presidente, de imediato, respondido que iria verificar as duas situações expostas.

Ainda no uso da palavra, o Sr. Paulo Neves questionou a legalidade das obras de intervenção em curso no Supermercado “Meu Super” tendo a Sra. Presidente respondido que aquele assunto estava em análise.

Retomando, o Sr. Paulo Neves questionou se o assunto estava em análise por que razão o dono já começou a realizar a obra, tendo a Sra. Presidente reiterado a informação já dada, acrescentando que a mesma se encontra embargada em virtude de estar a ser executada sem o respetivo licenciamento.

Mais, a Sra. Presidente explicou que o proprietário tinha apresentado atempadamente, junto desta Câmara, um pedido de informação mas que não corresponde, na totalidade, às intervenções que estavam a ser levadas a cabo no estabelecimento.

Em complemento a Dra. Bernardina explicou que o proprietário pediu informação à Câmara no sentido da necessidade do licenciamento mas que os trabalhos constantes da mesma não correspondem aos executados.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se foi licenciado algum tipo de intervenção, tendo a Dra. Bernardina respondido que não sublinhando que o que o proprietário veio informar não é o que está a realizar.

Nesta senda, Sr. Vereador António Antunes questionou se houve alguma autorização da Câmara para o pedido de informação apresentado pelo requerente, tendo a Dra. Bernardina respondido negativamente.

Perante a resposta, o Sr. Vereador António Antunes disse que independentemente do que estava a ser construído, seja ou não aquilo que pediu



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 10/2019**

Reunião Ordinária de 30 de maio de 2019

ou não pediu se a Câmara Municipal não autorizou está a ser construído de forma ilegal.

Por último, interveio a Sra. Elisabete no sentido de alertar para a ausência de passagem do autocarro no lugar da Moita, tendo a Sra. Presidente informado que iria verificar a situação para que seja resolvida com celeridade.

**29. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e dez minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_